



SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA DO BAIRRO VILA PERI NO ENTORNO DA E.M. RAIMUNDO SOARES DE SOUZA, FORTALEZA - CE

Janaina Meneses Lima Barbosa¹
Francisca Enyvládia Rodrigues de Lima²
David Emanuel Madeira Davim³

RESUMO

A segregação socioespacial é um fenômeno urbano que se manifesta na organização desigual do espaço, refletindo disparidades econômicas, sociais e de acesso a infraestrutura. Em Fortaleza-CE, o bairro Vila Peri exemplifica essa dinâmica, apresentando contrastes marcantes em sua paisagem. Este estudo tem como objetivo compreender como a segregação socioespacial se materializa na Vila Peri e de que forma os estudantes do 8º ano da Escola Municipal Raimundo Soares de Souza (EMRSS) percebem e interpretam essas desigualdades no contexto do ensino de Geografia. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: inicialmente, realizamos revisão bibliográfica e documental sobre segregação socioespacial, paisagem urbana e ensino de Geografia, além da análise de dados socioeconômicos do bairro; em seguida, conduzimos pesquisa de campo qualitativa, com observação da paisagem, registro fotográfico, levantamento de infraestrutura e equipamentos públicos, bem como entrevistas semiestruturadas com os estudantes. Os resultados indicam que os educandos reconhecem marcas explícitas da segregação na paisagem do bairro, como a precariedade de infraestrutura, o acesso desigual a serviços essenciais e a escassez de espaços de lazer e cultura adequadamente equipados e conservados. Além disso, evidenciam uma consciência crítica em construção, na medida em que relacionam suas vivências com os conteúdos escolares. Conclui-se que o uso da realidade local como recurso didático potencializa o ensino de Geografia, favorecendo a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, Paisagem urbana, Ensino de Geografia.

ABSTRACT

Socio-spatial segregation is an urban phenomenon that manifests itself in the unequal organization of space, reflecting economic and social disparities and disparities in access to infrastructure. In Fortaleza-CE, the Vila Peri neighborhood exemplifies this dynamic, presenting marked contrasts in its urban landscape. This study aims to understand how socio-spatial segregation materializes in Vila Peri and how 8th-grade students from Escola Municipal Raimundo Soares de Souza (EMRSS) perceive and interpret these inequalities within the context of Geography education. The research was conducted in two stages: first, a bibliographic and documentary review on socio-spatial segregation, urban landscapes, and Geography education was carried out, alongside an analysis of the neighborhood's socio-economic data; then, qualitative field research was conducted, including landscape observation, photographic records, mapping of infrastructure and public facilities, as well as semi-structured interviews with the students. The results indicate that students recognize explicit signs of

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, janaina.meneses@aluno.uece.br;

² Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, enyvладia.lima@aluno.uece.br;

³ Orientador: Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp - SP, david.davim@uece.br.



segregation in the neighborhood landscape, such as poor infrastructure, unequal access to essential services, and a shortage of adequately equipped and maintained leisure and cultural spaces. In addition, they show a critical awareness in development, as they relate their experiences to school content. It is concluded that using the local reality as a teaching resource enhances Geography education, fostering the formation of critical and socially engaged individuals.

Keywords: Sociospatial segregation, Urban landscape, Geography education.

INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é um fenômeno urbano de natureza espacial que se manifesta na organização desigual do espaço e reflete as desigualdades socioeconômicas. Para Sposito (2022), a segregação é um processo, pois para compreendê-la é necessário considerar suas múltiplas temporalidades, sejam elas de longa duração ou de períodos reduzidos do cotidiano.

Por apresentar uma perspectiva complexa, o conceito de segregação, muitas vezes, é associado a outros adjetivos como social, espacial, socioespacial, urbana, residencial, entre outros. Isto ocorre devido ao caráter múltiplo que esse conceito apresenta. Entretanto, conforme ressalta Sposito (2022, p. 64) é necessário considerar que “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdades são necessariamente formas de segregação”.

O município de Fortaleza, capital do estado do Ceará, revela em suas paisagens urbanas a segregação socioespacial, que se manifesta de diversas formas, como nas disparidades na infraestrutura urbana, no acesso ao saneamento básico, ao lazer, à moradia digna, à mobilidade e à cultura. Essas desigualdades são fruto de relações sociais, econômicas e políticas construídas ao longo da história e permanecem no presente por meio de mecanismos como a expansão periférica, a especulação imobiliária e os investimentos seletivos que se concentram em áreas da cidade com maior retorno econômico ou político. Esse processo resulta na produção de espaços segregados e revela as contradições estruturais do modo capitalista de produção do espaço urbano.

O bairro Vila Peri, localizado numa região de expansão periférica de Fortaleza, revela em suas paisagens os contrastes da desigualdade socioeconômica. Essa realidade se insere em um processo mais amplo de crescimento urbano caracterizado pela ocupação de áreas afastadas do centro da cidade, geralmente por populações de baixa renda, em regiões com infraestrutura precária e oferta limitada de serviços públicos (MÁXIMO; LOPES, 2013). Nesse contexto, as paisagens do entorno da Escola Municipal Raimundo Soares de Souza (EMRSS) materializam



as contradições da segregação socioespacial, tornando-se espaço privilegiado para refletir criticamente sobre a cidade. Assim, este estudo tem como objetivo compreender como os estudantes do 8º ano percebem e interpretam tais processos a partir de sua vivência cotidiana.

Para isto, este estudo foi organizado em dois momentos principais: primeiramente foi realizado pesquisa bibliográfica e documental, com revisão teórica sobre segregação socioespacial, paisagem urbana e ensino de Geografia, além da análise de dados socioeconômicos do bairro; em seguida, realizamos pesquisa de campo qualitativa, com observação da paisagem urbana no entorno da escola para a realização de registro fotográfico, identificação de infraestrutura e equipamentos públicos, bem como, realização de entrevistas semiestruturadas com os estudantes sobre suas percepções a respeito do bairro.

Os resultados obtidos evidenciam que os estudantes reconhecem, em suas vivências cotidianas, marcas explícitas da segregação socioespacial, como a precariedade de infraestrutura, o acesso desigual a serviços essenciais e a carência de espaços de lazer e cultura adequadamente equipados e bem conservados. Além disso, suas interpretações revelam uma consciência crítica crescente, mostrando como a leitura geográfica do espaço pode contribuir para problematizar desigualdades e refletir sobre possíveis transformações.

Estudar como os estudantes percebem a segregação em seu cotidiano e como a Geografia escolar contribui para uma leitura crítica desse espaço é fundamental para uma educação que dialogue com a realidade local. Nessa perspectiva, ensinar Geografia não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve formar um olhar geográfico capaz de compreender a escola, o bairro e a cidade em suas diferentes escalas (CAVALCANTI; ARAÚJO, 2017).

Assim, este trabalho reafirma a importância de integrar a análise do espaço urbano ao Ensino de Geografia, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade em que vivem. Este trabalho busca, portanto, articular a análise geográfica com o Ensino de Geografia, utilizando o entorno da escola como espaço de aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma perspectiva crítica, considerando a realidade urbana como resultado de processos históricos, sociais, econômicos e políticos. Busca-se investigar os fenômenos em sua essência e totalidade, à luz dos processos históricos e dialéticos que moldam as relações sociais (TOZONI-REIS, 2020). Tal perspectiva possibilita analisar as paisagens



urbanas do bairro Vila Peri e compreender como elas expressam as desigualdades e as dinâmicas de segregação socioespacial.

Utilizamos a abordagem qualitativa (GODOY, 1995; MINAYO, 2007), adequada para apreender, de forma aprofundada e contextualizada, as percepções dos estudantes. O percurso metodológico será estruturado em cinco etapas: (1) levantamento bibliográfico, (2) revisão de literatura, (3) aula de campo, (4) análise, interpretação e qualificação dos dados coletados e (5) síntese interpretativa.

A coleta de dados envolveu 78 alunos de duas turmas do 8º ano do turno manhã da EMRSS. O trabalho de campo foi realizado em três etapas. Inicialmente, foram ministradas aulas em sala de aula para orientar os estudantes sobre a análise das paisagens urbanas e a identificação de elementos que caracterizam a segregação socioespacial. Na segunda etapa, realizou-se uma aula de campo no entorno da escola, durante a qual os alunos realizaram observações diretas, registraram por meio de fotografias e preencheram um mapa mudo⁴, também denominado como mapa-base (MARTINELLI, 2013), da área percorrida, permitindo a representação cartográfica dos espaços observados. Por fim, na terceira etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, realizadas coletivamente em sala de aula, em formato de perguntas e respostas, mediadas pelo professor, com a finalidade de esclarecer eventuais dúvidas e aprofundar a compreensão dos fenômenos identificados durante a aula de campo.

Os dados coletados, incluindo registros fotográficos, mapas mudos preenchidos pelos estudantes e as respostas das entrevistas semiestruturadas, foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), com o objetivo de identificar padrões, categorias e significados atribuídos pelos estudantes, relacionando suas percepções com as evidências observadas. Como destaca Martinelli (2013, p. 36), “dados constituem fatos que, em si, não trazem grande significado. Somente após serem, de alguma maneira, agrupados ou processados é que se poderá observar o significado que se revela”, o que reforça a importância da etapa analítica para a construção de interpretações consistentes.

Considerando que o estudo envolve estudantes menores de idade, foi solicitada autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer nº 7.613.298. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado pelos responsáveis, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi assinado pelos próprios alunos, garantindo a

⁴ Também conhecido como mapa de base ou mapa de contorno (Martinelli, 2013) apresenta apenas o traçado dos limites territoriais, seja ele de natureza político-administrativa ou ligado à organização urbana, como ruas, avenidas e bairros. Sua função principal é servir de referência para a produção de mapas temáticos, constituindo-se em um suporte gráfico que orienta a localização e a representação das informações.



participação voluntária e consciente. Ambos os documentos também autorizam o uso das imagens registradas, assegurando o direito à imagem e à privacidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A organização das cidades brasileiras revela profundas marcas de desigualdade, visíveis tanto na paisagem urbana quanto no cotidiano de seus habitantes. Para Castells (1983), a segregação urbana é um fenômeno que se manifesta na organização espacial dos diferentes grupos sociais, refletindo as desigualdades estruturais da sociedade. Corrêa (2022, p.40) denomina esse fenômeno como residencial já que se trata de um “processo espacial que se manifesta por meio das áreas sociais, relativamente homogêneas internamente e heterogêneas entre elas”. Deste modo, percebemos que a segregação para ambos os autores se refere aos modos de apropriação e uso do espaço pela sociedade.

Costa (1988), em sua análise sobre Fortaleza-CE, argumenta que:

[...] essas manifestações da desigualdade não são singularidades da capital do Ceará. Fazem parte da natureza do processo de “desenvolvimento” urbano no Brasil que, através da produção e distribuição do espaço, promove a acumulação do capital, destrói o patrimônio ambiental e engendra a segregação residencial. (COSTA, 1988, p. 4).

A segregação socioespacial, portanto, é visível em diversas partes da cidade, especialmente em bairros periféricos, distantes dos centros de emprego e precariamente equipados, onde as condições de vida das populações mais vulneráveis são frequentemente marginalizadas. De acordo com Costa (1988, p. 4-5), “as contradições se apresentam em cada esquina de forma tão impactante que não é preciso ser geógrafo ou cientista social para buscar as raízes da riqueza e da pobreza urbana”.

Deste modo, os bairros periféricos da capital cearense, são marcados pela carência de infraestrutura básica, como saneamento, transporte público de qualidade e acesso a serviços essenciais. Essa condição reflete um padrão construído historicamente, que perpetua desigualdades sociais, reforça a exclusão e limita a mobilidade social.

Conforme Lopes (2019), até a década de 1970, as cidades brasileiras eram, em sua maioria, monocêntricas, com forte concentração das atividades do setor terciário no centro. Fortaleza seguia essa mesma lógica e, mesmo no final da década de 1970, ainda apresentava um perfil mononuclear, com expressiva hiperconcentração no núcleo central, embora já se destacassem dois polos de maior expressão: os bairros Aldeota e Montese.



A partir da década de 1990, o processo de fragmentação urbana intensificou-se em Fortaleza, com a redistribuição espacial das atividades socioeconômicas e o adensamento populacional, fazendo emergir novas centralidades, entre elas a Parangaba, bairro adjacente à Vila Peri. Entretanto, de acordo com Lopes (2019), esse processo de reconfiguração urbana não significou maior equidade espacial. A criação de novas centralidades reforçou a lógica de produção desigual do espaço urbano, concentrando investimentos em áreas específicas e relegando bairros, como a Vila Peri, à condição de espaços com infraestrutura precária e serviços deficitários.

Localizada na Regional IV, a Vila Peri apresenta dificuldades históricas e carência de políticas públicas capazes de atender às suas demandas sociais e urbanas. Com extensão territorial de 1,49 km² e população absoluta de 17.550 habitantes (IBGE, 2022), essa comunidade apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,3417, valor classificado como baixo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2022).

Neste bairro, a segregação socioespacial manifesta-se tanto na paisagem quanto na desigualdade de acesso a serviços essenciais. O bairro abriga três assentamentos precários (BRASIL, 2010), as favelas: Livreiro Gualter, Cardoso de Barros e Rua Cônego de Castro (ARAÚJO e LIMA, 2022), marcados por uma urbanização fora dos padrões vigentes, com vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, além de lotes de tamanhos e formas desiguais. Essas características revelam um processo de ocupação do solo marcado pela ausência de planejamento urbano e pela atuação limitada do poder público, evidenciando a produção desigual do espaço e reforçando as dinâmicas de segregação socioespacial presentes no bairro.

Além disso, a desigualdade na Vila Peri se reproduz no acesso deficitário a serviços essenciais, como mobilidade, saúde, educação e lazer, uma vez que a população enfrenta em seu cotidiano ônibus lotados e demorados, unidade de saúde básica sobrecarregada, quantidade de escolas públicas insuficientes e espaços públicos de lazer degradados. Assim, a realidade do Vila Peri não é um caso isolado, mas expressão concreta da forma desigual como Fortaleza historicamente se desenvolveu, reproduzindo a lógica da segregação socioespacial que marca as grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, o ensino de Geografia assume um papel central na construção de uma leitura crítica da realidade. Para Callai (2002), compreender o espaço vivido é fundamental para que o estudante perceba as relações entre os fenômenos sociais e a organização territorial, permitindo que ele se reconheça como sujeito participante da produção desse espaço. Do mesmo modo, Cavalcanti (1999) destaca que o ensino de Geografia deve ir além da simples



transmissão de informações, favorecendo a formação da consciência espacial e cidadã ao articular conceitos teóricos com as experiências cotidianas dos discentes. Assim, ao estudar processos como segregação socioespacial, desigualdade urbana e transformações da paisagem, os alunos desenvolvem a capacidade de interpretar criticamente o espaço e de compreender as contradições que o constituem.

Diante desta realidade, a aula de campo realizada com os estudantes da EMRSS configurou-se como uma importante atividade para a compreensão crítica do espaço geográfico. Ao percorrerem o entorno da escola, observando as paisagens, os estudantes puderam articular o estudo de sala de aula com a materialidade do entorno da escola. Essa vivência permitiu que os discentes reconhecessem, em sua paisagem cotidiana, os processos de segregação não como fenômenos abstratos, mas como algo concreto que impacta seu cotidiano, assim como os descritos por Castells (1983), Corrêa (2022) e Costa (1988).

Ao vincular a observação da paisagem à análise geográfica crítica, a escola se transforma em um lugar de “leitura do mundo” (FREIRE, 2005), onde o entorno imediato torna-se ponto de partida para uma leitura crítica da realidade. Nesse sentido, o ensino de Geografia assume um papel central, pois possibilita aos estudantes compreenderem as contradições do espaço urbano e desenvolverem uma consciência crítica sobre sua realidade. Ao articular teoria e prática, o ensino se torna não apenas instrumento de conhecimento, mas também de cidadania e transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que a segregação socioespacial na Vila Peri se manifesta de forma concreta na paisagem urbana, por meio da precariedade de infraestrutura, da presença limitada de equipamentos públicos de lazer e cultura e da conservação desigual dos espaços coletivos. Durante a observação de campo e o registro fotográfico, foi possível identificar contrastes marcantes no bairro, como ruas com acúmulo de água e calçadas danificadas, a exemplo das proximidades da Escola Municipal Raimundo Soares de Souza (EMRSS) (Figura 1 e Figura 2), bem como praças com equipamentos públicos simples, em alguns casos desgastados pelo tempo e pelo uso (Figura 3).

Essas condições refletem a lógica da produção desigual do espaço urbano, em que determinados territórios concentram investimentos e infraestrutura, enquanto outros permanecem em situação de vulnerabilidade. Como aponta Tozoni-Reis (2020), compreender a realidade social exige desvelar suas contradições, especialmente em sociedades capitalistas



marcadas pela desigualdade estrutural. Nesse sentido, a paisagem da Vila Peri materializa o que a literatura define como segregação socioespacial, expressa tanto na falta de conservação do espaço escolar e comunitário quanto no acesso restrito a políticas públicas de lazer, esporte e cultura.

Figura 1 - Fachada da Escola Municipal Raimundo Soares de Souza e entorno imediato.



Fonte: Elaboração própria (2025).

No processo de entrevistas e atividades pedagógicas, os estudantes do 8º ano da EMRSS demonstraram reconhecer essas desigualdades no território onde vivem. As falas revelaram uma consciência crítica em construção, evidenciada pela capacidade de relacionar suas experiências cotidianas com os conteúdos de Geografia trabalhados em sala de aula. Esse aspecto confirma o potencial da disciplina, pois, como ciência e disciplina escolar cujo principal objeto de estudo é o espaço geográfico, a Geografia possibilita aos estudantes compreender criticamente o espaço como produto das relações sociais, o que favorece a identificação das causas estruturais das desigualdades.

O ensino de Geografia, quando articulado às experiências cotidianas dos estudantes, favorece uma aprendizagem mais significativa, pois possibilita que os conteúdos dialoguem com a realidade vivida. De acordo com Cavalcanti (2012), o conhecimento geográfico é construído no cotidiano, à medida que professores e educandos interagem e produzem significados sobre o espaço em que vivem. Para que os estudantes desenvolvam a capacidade de analisar o meio geográfico, o ensino deve considerar o entorno como recurso pedagógico, uma vez que o cotidiano contribui para dar sentido ao que se pretende ensinar. Nesse mesmo sentido, Cavalcanti (2005) aponta que a construção do conhecimento é potencializada pela



interação social, na medida em que a troca com o outro permite compreender diferentes significados atribuídos aos objetos de estudo.

Figura 2 - Quadra esportiva da EMRSS e condições do espaço urbano adjacente.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Entretanto, para que esse processo seja efetivo, é essencial que os conhecimentos teóricos da disciplina sejam ressignificados e articulados aos currículos escolares, de forma a integrar as vivências locais dos estudantes às reflexões acadêmicas. Ao trazer a realidade da Vila Peri como recurso didático, as aulas de Geografia ultrapassaram a abordagem meramente descritiva, possibilitando que os educandos se reconhecessem como sujeitos ativos na produção e transformação do espaço.

Figura 3 - Praça com academia ao ar livre e brinquedos comunitários no bairro Vila Peri.



Fonte: Elaboração própria (2025).

As fotografias (Figuras 1, 2 e 3) utilizadas neste estudo funcionam não apenas como registros empíricos, mas também como instrumentos pedagógicos que despertaram nos estudantes debates sobre desigualdade, abandono e resistência. Ao analisá-las, os jovens destacaram tanto a ausência de investimentos em infraestrutura quanto as formas de apropriação comunitária dos espaços disponíveis, como as praças e a quadra esportiva da EMRSS.

A construção de ambientes escolares mais justos e inclusivos exige práticas de ensino que extrapolem os limites da sala de aula tradicional. Nesse sentido, destaca-se a importância de projetos interdisciplinares e da valorização das comunidades escolares e dos saberes e culturas locais. A experiência com os estudantes da EMRSS reforça que a integração entre teoria e prática, bem como a articulação entre conhecimento científico e realidade vivida, fortalece a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender como a segregação socioespacial se materializa na paisagem urbana do bairro Vila Peri, em Fortaleza-CE, revelando as contradições do processo de produção desigual do espaço. As evidências empíricas observadas, como a precariedade da infraestrutura, a conservação insuficiente de equipamentos públicos e a ausência de investimentos adequados, confirmam o que a literatura aponta sobre a lógica da segregação urbana em cidades brasileiras marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas (CASTELLS, 1983; COSTA, 1988; CORRÊA, 2022).



Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam o papel do ensino de Geografia na construção de uma consciência crítica entre os estudantes. A aula de campo e o uso das fotografias como recurso pedagógico aproximaram os conteúdos escolares das experiências cotidianas, favorecendo uma aprendizagem significativa (CAVALCANTI, 2005; 2012). Essa abordagem permitiu que os educandos reconhecessem a segregação não como um fenômeno abstrato, mas como uma realidade concreta que impacta diretamente sua vida.

Constata-se, assim, que a Geografia, por ser ciência e disciplina escolar voltada ao estudo do espaço geográfico, possui grande potencial para articular teoria e prática, conectando conceitos acadêmicos às vivências locais dos estudantes. Quando o currículo escolar valoriza os saberes e culturas da comunidade, cria-se a possibilidade de formar sujeitos críticos, conscientes e engajados socialmente, capazes de compreender as causas estruturais da desigualdade e atuar em favor de um espaço urbano mais justo (LEFEBVRE, 2001).

Apesar dos avanços, os resultados também revelam limites. A escola, sozinha, não consegue reverter os efeitos da segregação socioespacial, pois essas desigualdades estão ligadas a fatores estruturais que exigem políticas públicas mais amplas de infraestrutura, lazer, transporte e valorização da comunidade. Contudo, o ensino de Geografia se mostra fundamental nesse processo, pois contribui para que os estudantes desenvolvam um olhar crítico sobre o espaço em que vivem. Ao compreenderem que a organização desigual da cidade é resultado de relações sociais e históricas, os educandos são capazes de reconhecer as causas estruturais das desigualdades, questioná-las e se posicionar diante delas. Assim, esse componente curricular não apenas transmite conteúdos, mas também possibilita a formação de sujeitos capazes de transformar sua realidade.

Conclui-se, portanto, que integrar a realidade local ao ensino de Geografia não apenas potencializa a aprendizagem, como também amplia o papel social da escola. Ao transformar o entorno em espaço de investigação e reflexão, a prática docente se fortalece como caminho para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, interdisciplinares e comprometidos com a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amanda; LIMA, Paula. **Nossos bairros, nossa Fortaleza:** mapeamento estatístico e afetivo da cidade. Fortaleza, CE. Fundação Demócrito Rocha, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições70, 2016.



BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Editora Mediação. 2ª ed. Porto Alegre, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidade, o direito à cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **Revista GEOUSP**. v. 5, n. 1, p. 41-55, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123346>>. Acesso em: 07 jan. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza; ARAÚJO, Manuel Victor Peres. Segregação socioespacial no ensino de geografia: um conceito em foco. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, Edição Especial 2017. pp. 140-159. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4775>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 2012

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos**: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. Caderno CEDES, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo : Contexto, 2022.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, FFLCH - Departamento de Geografia, São Paulo, p. 308. 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, mai./jun.1995, v. 35, n. 3, pp. 20-9. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Francisco Clébio R. Metropolização e policentralidade em Fortaleza (CE – Brasil). **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão, Ano XXX, n.3, p. 76-92, jul./dez. 2019. Disponível



em: <<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/11401/10254>>. Acesso em: 22 Ago. 2025.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MÁXIMO, Francisco Rérisson Carvalho Correia; LOPES, João Marcos de Almeida. **ST7 – Produção habitacional e expansão periférica do espaço urbano metropolitano: a construção dos conjuntos-bairros em Fortaleza**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013. v. 15, n. 1. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/402>>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9-29.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022**. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA. 2022. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>>. Acesso em: 16 Abr. 2025.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo : Contexto, 2022.

TOZONI-REIS, Marília F. de C. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Rev. Simbio-Logias**, v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: <<https://simbiologias.ibb.unesp.br/index.php/files/article/view/224/250>>. Acesso em: 15 jan. 2025.